



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

**ATA DA 152ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE
DE CONTROLE E QUALIDADE AMBIENTAL.**

1

2 Ao décimo sétimo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a 152ª Reunião Ordinária
3 da Câmara Técnica Permanente de Controle e Qualidade Ambiental, do Conselho Estadual de Meio Ambiente,
4 através de videoconferência, com início às 09h30min e com a presença dos seguintes Representantes: Sra.
5 Marion Heinrich, representante da FAMURS; Sra. Paula Hofmeister, representante da FARSUL, Sr. Tiago
6 Pereira, representante da FIERGS, Sra. Rosaura Heurich representante do corpo técnico FEPAM; Sr. Luiz
7 Eduardo Pasqualin Machado; representante da FECOMERCIO; Sra. Mariela Seccchi; representante da SEMA;
8 Sra. Bianca Vieira; representante da SOP. Participaram também os seguintes representantes; Sra. Ana Amélia
9 Schreinert/ FAMURS; Sr. Valmir Zanatta/SEMA; Sra. Daiene Gomes Zagonel representante da FEPAM; o Sr.
10 Presidente, deu início a reunião às 09h35min, apresenta as pautas que serão debatidas na reunião aos
11 colegas. **Passou-se para o 1º item de pauta: Aprovação da Ata 151ª Reunião Ordinária – conforme**
12 **anexos: 150ª, 151ª e 152ª.** Tiago Pereira/FIERGS – Presidente questiona se são três atas a serem ajustadas.
13 Sra. Rosaura Heurich/FEPAM – Confirma a informação do Sr. Presidente. Tiago Pereira/FIERGS – Presidente
14 informa que os ajustes enviados pela Vanessa e encaminhados para o CONSEMA foram enviados
15 posteriormente a ata. Tiago Pereira/FIERGS – Presidente pergunta se Andrine fez os ajustes da Vanessa.
16 Andrine – Informa que sim, fizeram os ajustes. Tiago Pereira/FIERGS – Presidente questiona se há alguma
17 possibilidade de aguardar e deixar a aprovação das três ultimas atas para a primeira reunião de janeiro. Não
18 havendo oposição, Adiouse as aprovações das atas 150ª, 151ª e 152ª para a primeira reunião de janeiro de
19 dois mil e vinte e cinco. **Passou-se para o 2º item de pauta: Eleição para Presidente:** Tiago Pereira/FIERGS
20 – Presidente questiona se algum colega gostaria de candidatar-se à presidência da Câmara. Sra. Marion
21 Heinrich/FAMURS – Exalta a condução da Câmara Técnica do presidente e diz que como representante da
22 FAMURS apoia a reeleição do Sr. Tiago Pereira/FIERGS. Sr. Valmir Zanatta/SEMA - Pontua que o trabalho do
23 Tiago Pereira/FIERGS é satisfatório, produtivo e é conduzido de forma brilhante. Sr. Tiago Pereira/FIERGS.
24 Coloca em votação a reeleição do Sr. Tiago Pereira/FIERGS para a CTP Controle e Qualidade Ambiental –
25 **APROVADO POR UNANIMIDADE A REELEIÇÃO do Sr. Tiago Pereira/FIERGS. Passou-se para o 3º item**
26 **de pauta: Cronograma-conforme anexos:** Tiago Pereira/FIERGS – Presidente compartilha em tela o
27 cronograma de reuniões e faz a apresentação do Cronograma. Não havendo manifestações coloca em votação
28 o Cronograma Anual em votação. **APROVADO POR UNANIMIDADE. Passou-se para o 4º item de pauta:**
29 **Resolução sobre o gerenciamento e os critérios de destinação final - conforme anexos;** Tiago
30 Pereira/FIERGS – Presidente informa que já iniciaram esse debate sobre gerenciamento de desastres naturais
31 na reunião anterior com as contribuições que a Sra. Marion Heinrich/FAMURS e Sra. Ana Amélia
32 Schreinert/FAMURS trouxeram. Tiago Pereira/FIERGS – Presidente informa que Sra. Marion
33 Heinrich/FAMURS ficou de adequar essa proposta e reenvia-la com a formalização dos textos sugeridos a
34 partir dos comentários feitos, diz que recebeu o documento com antecedência, também foi enviado na
35 convocação da reunião para que todos os colegas tivessem acesso. Tiago Pereira/FIERGS – Presidente
36 sugere que em primeiro momento a Sra. Marion Heinrich/FAMURS fez a apresentação novamente a proposta.
37 Marion Heinrich/FAMURS inicia a apresentação da proposta e informa que fez um resumo para apresenta-lo,
38 logo informa que no final do documento há uma minuta com algumas sugestões de ajustes que na reunião

39 anterior foi discutido, também pontua que houve uma agenda com a Confederação Nacional de Municípios, que
40 representa todos os municípios do Brasil, ligado à Presidência da República, onde são discutidas questões
41 relacionadas a desastres, onde foi criado uma norma. Sra. Marion Heinrich/FAMURS explica que a ideia geral
42 é que a resolução do CONSEMA observe a legislação federal, as leis 12.305/2010 e 12.608/2012, que tratam
43 da proteção e Defesa Civil, consequentemente, respeite o artigo da Constituição Federal, que diz que as
44 normas gerais serão editadas pela União, e as demais normas, estão ditados pelos Estados e Municípios
45 devem respeitar as normas gerais. Sra. Marion Heinrich/FAMURS – destacou as atribuições definidas na
46 10.330/1994 na lei estadual, que da competência para discutir e criar normas técnicas, na Legislação Federal,
47 que trata do tema, e a norma está alinhada – 12.305/2010 – Como se os resíduos sólidos gerados por
48 desastres fossem resíduos sólidos domiciliares ou resíduos sólidos urbanos que tem como titular do serviço do
49 município, onde os resíduo sólido gerado por desastres ele não tem sequer um regulamento existente ainda
50 além da lei nacional de proteção e defesa civil. Sra. Marion Heinrich/FAMURS – informa que fez alguns ajustes
51 na minuta, em relação a nomenclatura, principalmente considerando a lei nacional de proteção e defesa civil e
52 que não é possível considerar sendo um resíduo classificado na política nacional de resíduos sólidos. Sra.
53 Marion Heinrich/FAMURS – informa que ainda não existe um regulamento que trate especificamente disso,
54 além dessa NORMADEC – citada abaixo no documento – e que foi aprovada pelo Governo Federal, junto a
55 Presidência da República. A limpeza pública vem de modo geral também, como uma resposta a desastres. Sra.
56 Marion Heinrich/FAMURS – informa que na minuta evidencia que a norma que trata dessa questão é
57 relacionada diretamente com a proteção e defesa civil. Sra. Marion Heinrich/FAMURS – destaca também que
58 os resíduos de desastres podem ser gerados também nas fases de resposta e recuperação. Ressalta também
59 a necessidade de ser feito um alinhamento com as normas Federais. Sra. Marion Heinrich/FAMURS – pontua
60 as sugestões a serem melhoradas como a classificação dos resíduos sólidos de construção civil. Sra. Marion
61 Heinrich/FAMURS – destacou que não se tratam de resíduos industriais, como já mencionados em outras
62 discussões e reuniões. Sra. Marion Heinrich/FAMURS – destaca que não existe uma norma federal que diga
63 que o município é o único responsável por fazer a gestão de resíduos. Sra. Marion Heinrich/FAMURS – conclui
64 que esses resíduos citados não se tratam dos resíduos classificados na lei de política nacional de resíduos
65 sólidos – são resíduos gerados por desastres. É uma situação diferente, e reforça Marion. Sra. Marion
66 Heinrich/FAMURS – informa que alguns colegas entenderam como apenas cento e oitenta dias para fazer a
67 regularização das áreas. Sra. Marion Heinrich/FAMURS – explica que são cento e oitenta dias para comunicar
68 e mais cento e oitenta dias para encaminhar e regularizar a área. Sugestão para deixar claro essa data. Sra.
69 Marion Heinrich/FAMURS – apresenta alguns exemplos de resíduos gerados por desastres, sedimentos
70 descartados em vias públicas, escombros reais de vegetação. Sra. Marion Heinrich/FAMURS – informa que o
71 período não é de cento e oitenta dias e sim de um ano. Sra. Marion Heinrich/FAMURS – informa os resíduos
72 deverão ser segregados na origem, em conformidade com a classificação. Apenas um tipo pode ir para a
73 RSCC citado no primeiro parágrafo do documento. Sra. Marion Heinrich/FAMURS – contempla sua ideia de
74 que so poderão ir para a RSCC aqueles classificados como classe. Não se tratam de resíduos industriais, no
75 caso de classe 2B iriam para o RSCC. Sra. Marion Heinrich/FAMURS – destaca que onze municípios não terão
76 recursos para encaminhar esses resíduos, ou seja, vão precisar do apoio do estado ou da união para fazer a
77 disposição correta desses resíduos gerados por desastres. Sra. Marion Heinrich/FAMURS – informa que como
78 houve municípios que não responderam a pesquisa ela não a publicou, foram em torno de cinquenta
79 municípios que responderam, cinquenta municípios com áreas provisórias. A maioria havia respondido pela
80 CNM, mas como não tinham, faltavam ainda alguns municípios. Tiago Pereira/PIERGS – Presidente elogia as
81 falas de Marion, diz que a proposta foi muito bem explicada e bem clara para os demais colegas. Apenas
82 alguns poucos ajustes como nomenclaturas, alteração de redação, Presidente pede que os representantes
83 comentem sobre a proposta apresentada. Sra. Rosaura Heurich/FEPAM – indaga que já discutiram
84 anteriormente o mesmo tema, que já estavam pacificados para a representante. E que voltaram novamente por
85 uma nova discussão sobre um mesmo tema. Sra. Rosaura Heurich/FEPAM – Reforça a importância da
86 avaliação previa anteriormente a reunião, para que não seja debatidos assuntos antigos já discutidos. Sra.
87 Daiene Gomes Zagonel/FEPAM – Indaga que a fala de Marion foi exatamente o que pensava, mas que não foi
88 escrito desta forma. É de conhecimento de todos que ele não está classificado em lugar nenhum, a legislação
89 não prevê. Não sendo para um desastre natural, não se aplicaria termo resíduo sólido, indaga sobre a questão
90 dos cento e oitenta dias e que o prazo de trezentos e sessenta dias é muito elevado. Sra. Marion

91 Heinrich/FAMURS – Destaca que não são somados os dias, cento e oitenta dias para comunicar e os trezentos
92 e sessenta dias para resolver. Diz que tem municípios que não tem o recurso pra mandar para o aterro
93 licenciado. Tiago Pereira/PIERGS – Presidente informa que é importante que compactue em reunião,
94 defendendo a proposta. Definiu que a FEPAM vai representar a Câmara no relato que é a ordem, apresentação
95 das minutas etc. - **APROVADO POR UNANIMIDADE. Passou-se para o 5º item de pauta:**
96 **Reaproveitamento de resíduo de LETA para base de asfalto, pavimentação de ruas e afins – conforme**
97 **anexos;** Tiago Pereira/PIERGS – Presidente informa que o aproveitamento na pavimentação dos ofícios novos
98 foi enviado para a prefeitura de Rio Grande. Tiago Pereira/PIERGS – Presidente indaga que não tiveram
99 retorno, devido a troca de gestão e que comunicar em janeiro o novo prefeito. Sra. Marion Heinrich/FAMURS -
100 informa que mandou outro ofício para a assessora do prefeito, sem retorno. Sra. Rosaura Heinrich/FEPAM –
101 informa que a FEPAM vai propor a resolução de uso de lodo de LETA também. Tiago Pereira/PIERGS –
102 Presidente conclui que esperemos pelo menos trinta dias para resolvermos essa pauta, vindo demanda do
103 tema nos próximos dias. **Passou-se para o 6º item de pauta: Assuntos Gerais.** Tiago Pereira/PIERGS –
104 Presidente questiona se há algum assunto geral para ser comentado com a equipe. Não havendo mais nada a
105 ser tratado, encerrou a reunião às 12h16m.